

# ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES NA DINÂMICA DAS FORMAÇÕES URBANAS

**SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Pará  
stclair@amazon.com.br

## **RESUMO**

É notória a definitiva inclusão do tempo, por parte da ciência geográfica, como elemento importante na análise das formações urbanas. Nessa perspectiva, a cidade passou a ser considerada não apenas uma simples forma, mas, principalmente, uma forma-conteúdo, assim como, também, a história tornou-se indispensável para a compreensão dos processos responsáveis pela configuração do espaço urbano. Por outro lado, muitas vezes, parecia estar presente, nessa nova possibilidade de análise, a existência de um tempo hegemônico como único definidor da dinâmica urbana. A insatisfação com essa perspectiva tem levado vários autores a considerar a proposição de uma leitura do espaço urbano em que as formas espaciais sejam interpretadas a partir de uma pluralidade de tempos. Neste sentido, e buscando compreender a natureza histórica do espaço urbano hoje, o presente trabalho discute e destaca alguns avanços sobre a temática em foco, levando em conta algumas contribuições originadas no âmbito da Geografia Urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formações urbanas. Espacialidades. Temporalidades.

## **SPATIALITIES AND TEMPORALITIES: THEIR ROLE IN THE DYNAMICS OF URBAN FORMATIONS**

### **ABSTRACT**

Time has assumed an important role in the geographical analysis of urban formations. In addition to their definition as spatial forms, cities are now increasingly considered as content-forms, a theoretical and methodological shift that delegated to history an important explanatory power in the analysis of urban space. Another main conceptual change pertains to the nature of time. Starting from a conception of hegemonic time as the sole determinant of urban dynamics, researchers are now considering that urban forms can be interpreted according to a plurality of times. This article discusses these theoretical propositions, giving emphasis to the contributions made by urban geographers to the analysis of urban formations.

**KEY-WORDS:** Urban formations. Spatialities. Temporalities.

## INTRODUÇÃO

No passado, os estudos geográficos supervalorizaram as formas espaciais urbanas em detrimento da compreensão da formação histórica das mesmas e, portanto, de suas temporalidades. Com isso, anulou-se a dinâmica histórica, posto que se voltou a atenção para a descrição das coisas já cristalizadas, em prejuízo das dinâmicas sociais que criam e alteram as formas; uma imagem invertida, conforme nos mostra Santos (1982), e que impede de apreender a realidade.

Em outros casos, acompanhando muitas vezes um raciocínio da ciência econômica e de seus modelos espaciais, optou-se por explicar as formas urbanas, tendo em vista os avanços tecnológicos simplesmente. Trabalhou-se, por exemplo, com as teorias de localização, considerando as inovações nos meios de transportes e também nos de comunicação como fatores determinantes dos padrões espaciais (GOTTDIENER, 1993).

Diferentemente da análise que prioriza as formas e as funções urbanas, a análise estrutural retém essas implicações, levantando as relações todo-parte, micro-macro, posto que as considera relações historicamente constituídas. No plano metodológico e teórico, conforme assinala Lefebvre (1971), esta última deve completar e não abolir as outras. É a ela que é reservada a tarefa de definir o conjunto, buscando compreender sua implicação lógica.

Muitas vezes, entretanto, a estrutura aparece como o elemento único definidor das formas, chegando-se mesmo a se estabelecer uma relação mecânica entre a formação sócio-econômica e as formas espaciais urbanas. Essa parece ser uma das críticas principais dirigidas à grande parte das análises urbanas que se pautaram na economia político-marxista. Na preocupação de explicar as formas urbanas a partir da acumulação capitalista, foram negligenciadas as mediações históricas e as diferentes temporalidades necessárias ao entendimento dessas mesmas formas urbanas<sup>1</sup>.

Lefebvre (1971) utilizou o termo estrutura, no sentido dialético, apreendido da teoria hegeliana e marxiana. Para ele as estruturas foram consideradas apenas como momentos do vir-a-ser, posto que qualquer análise que procure acentuar a estabilidade, a permanência, vai de encontro ao método dialético.

---

<sup>1</sup> Sobre a crítica a essa vertente da análise urbana, ver a obra de Gottdiener (1993), que a analisa do ponto de vista de sua contribuição para os avanços da teoria urbana.

Por outro lado, segundo o mesmo autor, não existe uma linearidade entre forma-função-estrutura. Há limitações, quando se busca, através desses elementos, decifrar, por exemplo, o espaço socialmente produzido. Nem sempre as formas ou as funções significam aquilo que parecem ou querem significar. O espaço produzido não revela necessariamente, e de imediato, o processo histórico de sua produção. Há elementos a serem explicados que podem estar associados a diferentes temporalidades, estruturais ou não.

Dentre os vários avanços já colocados pela ciência geográfica nas últimas décadas, é possível falar daquele em que a geografia deixou de tratar as formações urbanas como simples formas e passou então a tratá-las como formas-conteúdo. Nesse contexto, a história passou a ser considerada como elemento importante no processo de formação do espaço urbano, mas, por outro lado, parecia estar presente a existência de um tempo único como definidor da dinâmica urbana.

A insatisfação com essa perspectiva tem levado vários autores a considerar a proposição de uma leitura do espaço urbano em que as formas urbanas, melhor dizendo, as formações urbanas, não sejam interpretadas nem como simples formas, e nem tampouco comandadas por um tempo único. Neste sentido, várias discussões sugerem uma preocupação com a pluralidade de tempos, no sentido de entender a natureza histórica do espaço urbano hoje.

Com base nessa preocupação, propomos, então, trabalhar algumas proposições que podem orientar nossa discussão. Para isso, busca-se destacar a noção de *verticalidade* como elemento de fundamental importância para considerar a dinâmica das formações urbanas e, em seguida, enfatizar o papel de *eventos* e de *temporalidades singulares* face às conjunturas urbanas. Finaliza-se a discussão demonstrando a necessidade de levar em conta a relação dialética entre essas duas dimensões anteriormente mencionadas, no sentido de melhor compreender os processos que conformam as estruturas urbanas.

## **A NOÇÃO DE VERTICALIDADE NA DEFINIÇÃO DAS FORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS**

A noção de verticalidade, à maneira como elaborou Santos (1994; 1996), torna-se uma referência interessante para interpretar a natureza da (re)estruturação que marca a dinâmica do espaço socialmente produzido. Mostra esse autor a necessidade de considerar a existência de

temporalidades diferenciadas para compreender o movimento das formações espaciais.

As formas, apesar de serem governadas pelo presente, contêm o passado, em virtude de que sua existência revela contornos e finalidades que só podem ser explicadas se datadas e contextualizadas no tempo. É isso que permite atribuir um significado a cada forma espacial (SANTOS, 1985). Para além das formas, entretanto, há de se considerar a formação espacial, que concebe a existência de tempos hierarquicamente definidos e em que a presença de temporalidades tidas como hegemônicas tendem a definir, em grande parte, os conteúdos das formas espaciais, como as urbanas.

É nessa perspectiva que faz sentido considerarmos alguns atributos que configuram as diferentes espacialidades hoje. Dentre eles, pode-se destacar a menor rigidez que torna em grande parte relativa, ou talvez mesmo relacional (HARVEY, 1980), a noção de continuidade e de contigüidade em se tratando das formações espaciais. A noção de verticalidade, nesse sentido, parece ser esclarecedora para a compreensão desses atributos. Conforme menciona Santos (1994), as solidariedades organizacionais de hoje tendem a substituir as solidariedades orgânicas de outrora. Em outros termos, os nexos de energia são substituídos por nexos de informação, em que se definem recortes *horizontais* - espaços contínuos, formados de partes agregadas, condição e resultado das relações de produção propriamente dita -, e *verticais* - pontos separados uns dos outros que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, e que resultam das novas necessidades de intercâmbio e de regulação.

Os arranjos espaciais, nessas condições, não se dão apenas como no passado, figuras formadas de pontos contínuos. Hoje, também, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. (SANTOS, 1994, p. 104).

Essa assertiva parece estar direta ou indiretamente contemplada em algumas proposições que buscam considerar a relação espaço-tempo na análise urbana<sup>2</sup>, senão vejamos. Machado (2001) trata, por exemplo, dos

---

<sup>2</sup> As proposições que servem como referência para a nossa análise – Machado (2001), Ferreira (2001), Salgueiro, T. (2001), Salgueiro, H. (2001) e Vasconcelos (2001) – foram apresentadas durante a mesa redonda “Espacialidades e Temporalidades Urbanas”, realizada durante o “VII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – I Simpósio Internacional”, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros e pela Universidade de São Paulo, no período de 15 a 19 de outubro de 2001, na cidade de São Paulo (SP).

sistemas urbanos como sistemas complexos, caracterizados como abertos e hierarquizados e que, dentre as propriedades que os definem, destaca-se a da relação causa e efeito diretamente ligada aos fenômenos espaciais. Neste caso, a primeira (a causa) pode não estar próxima, nem no tempo e nem no espaço, de seus resultados (os efeitos); estando, igualmente, a dinâmica desses sistemas, sujeita a instabilidades e contingências.

Neste caso, a idéia de verticalidade encontra-se associada à idéia de rede, que articula pontos distantes e que define espacialidades a partir de processos que têm origens em escalas diferenciadas, sejam elas locais, sejam elas globais. Estas últimas também se colocam ao nível das definições estruturais. Diferentemente do *tempo curto*, do *evento*, à maneira como se referiu Braudel (1992), as estruturas teriam maior espessura temporal, correspondendo ao tempo longo, não se constituindo apenas articulação e arquitetura, mas também coerção. A noção de rede nos dias de hoje parece carregar esse sentido de tempo histórico, que traz embutida a idéia de verticalidade.

Na era das redes, dos ciberespaços, dos espaços virtuais (FERREIRA, 2001), o entendimento dos fluxos reguladores que lhes dão dinamismo, parece se apoiar nos processos relacionados às verticalidades das relações que têm existência no espaço mais imediato. É o que acontece com a flexibilidade da produção e do trabalho e da revolução no meio técnico-informacional, que transforma a natureza do trabalho, permitindo-nos, inclusive, falarmos hoje de teletrabalho; este, sendo responsável por grandes repercussões nas estruturas espaciais e, portanto, nas formações urbanas.

Aqui está subjacente, igualmente, a idéia de verticalidade, que implica para alguns autores como Giddens (1991) em *desenraizamento e desencaixe*, pressupondo a existência de um tempo hegemônico, ainda que este não seja um elemento imperativo das formações urbanas, conforme contrapõe Ferreira (2001).

Considera-se também a importância das verticalidades, quando se fala da integração dos lugares por fluxos que geram espacialidades hegemônicas, conforme se percebe nos espaços descontínuos das redes e enclaves. A “desconexão”, a pluralidade de ritmos e, portanto, de tempos, pressupõem hierarquias de processos sociais que se originam em escalas diferenciadas (SALGUEIRO, T., 2001).

Nesse contexto, novas formas espaciais passam a constituir uma cidade de fragmentos – a cidade dos serviços, das torres de escritórios inteligentes, dos parques de empresas, dos centros de congresso, dos

centros comerciais etc. –, mas que obedecem a uma dada racionalidade e que articulam uma estrutura reticulada.

A força desse tempo, que gera novas formas espaciais no conjunto da cidade, impõe-se enquanto ritmo, invadindo o espaço público e acentuando a sua decadência como lugar, conforme nos mostra Salgueiro, T. (2001), reforçando, ainda, a sua posição na hierarquia dos tempos que dinamizam as formas urbanas. Associa-se também à regulação dos indivíduos e de suas individualidades, a aceleração dos ritmos, que impõe, por sua vez, uma economia da velocidade, marcada pelo efêmero, pela obsolescência, pelo “encurtamento de distâncias”.

As implicações dos processos relacionados a essa idéia de verticalidade, que conecta diferentes escalas espaciais, podem ser percebidas também em determinados fragmentos da cidade de hoje, a exemplo dos centros históricos. Sujeitos a mudanças dispõem-se relacionadas a projetos de renovação urbana, os centros urbanos inclinam-se cada vez mais, a atender a uma demanda de temporalidades extra-locais que, originadas em escalas mais amplas do espaço, tendem a estandardizar organizações espaciais intra-urbanas, numa regra em que as cidades passam a se apresentar como fragmentos, como vitrines, como mercadorias a serem embaladas, a pretexto de se tornarem competitivas e serem consumidas por turistas, por exemplo (VASCONCELOS, 2001).

Aqui também está presente a idéia de uma temporalidade hegemônica, extra-local, impositiva, convivendo com outras no conjunto da forma urbana. Trata-se de uma parte da cidade, como diz Vasconcelos (2001), citando Amendola, que se quer renovada, mas principalmente que se torna mercantilizada, “deshistoricizada”, a fim de se tornar desfrutável.

Considerar a importância do espaço reticulado hoje, não pressupõe, entretanto, falar de supressão das horizontalidades, haja vista que

[...] a entrada de um lugar em rede depende da horizontalidade e esta tem a ver com a contigüidade. O veículo da horizontalidade é a produção [...]. Cada segmento é parte desse todo orgânico e o conjunto é a horizontalidade. E nessa condição de especificidade entra no todo mais amplo do lugar [...]. A verticalidade é a combinação dos diferentes espaços da horizontalidade. Seu veículo integrador não é a atividade da produção, mas a da circulação [...] a rede dos transportes e das comunicações, que leva aos diferentes espaços horizontais as coisas que vêm de fora, coisas da esfera da circulação. (MOREIRA, 1997, p. 4)

Entender esses processos, que, por sua vez, definem em grande parte as formações urbanas, pressupõe considerar, como nos propôs Santos (1994; 1996), a existência de temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas ou hegemônicas. No primeiro caso, trata-se de vetores da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura. No segundo caso, refere-se a tempos lentos, a ações mais cotidianas e de limitada abrangência espacial:

[...] em nossos dias, a proposta de Braudel de um tempo longo e de um tempo curto perderá eficácia – em geografia e nas outras disciplinas territoriais – se a essa oposição não superpusermos uma outra idéia que sugerimos seja igualmente expressa em dois termos opostos: a noção de um tempo rápido ao qual se antepõe um tempo lento. Aqui, estamos falando de quantidades relativas. De um lado, o que nós chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os ‘tempos intermediários’ temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. (SANTOS, 1996, p. 212-3)

As idéias acima apresentadas, a despeito da existência de uma temporalidade hegemônica, parecem reforçar, por outro lado, a necessidade de pensar as formas espaciais urbanas, e mais do que isso, as formações urbanas, não como meras formas receptáculos, passivas, mas principalmente como formas capazes de redefinir conteúdos. É assim que Salgueiro, T. (2001) fala de espacialidades como uma noção que não se confunde com a idéia de espaço, posto que tende a expressar temporalidades, ritmos, relações diferenciadas; ou quando Ferreira (2001) fala de um espaço virtual ou ciberespaço que não pode ser tratado como oposto ao espaço real, tratando-o também como espaço vivido.

É da mesma forma que Salgueiro, H. (2001), ao considerar a cidade em sua condição de artefato, busca compreender, através de uma “biografia das formas”, como as representações e realidades, ao longo da história de sua evolução, podem explicar os contrastes da imagem atual das cidades; além de estabelecer a preocupação de inscrever as questões da escala no conjunto das ações dos homens e no sistema cultural que os move.

Mesmo que se possa considerar a forma espacial urbana como uma “estrutura revelada” (SANTOS, 1985), posto que a mesma se mostra como uma síntese de múltiplas determinações, há limites nessa forma de interpretação, quando não se focaliza a diferenciação do espaço advinda de

uma infinidade de particularidades, que não estão, necessariamente, apoiadas nas conexões verticais.

É diante dessa preocupação que surge a necessidade de se propor um avanço para além do entendimento das formações urbanas como simples “estruturas reveladas”. Isso porque a totalidade do real é uma totalidade concreta e dialética; seu estudo requer o conhecimento das temporalidades componentes que o reproduzem, quer simultaneamente, quer separadamente.

Tais estruturas, como a própria totalidade, não são congeladas; pelo contrário, elas mudam com o tempo. Sua evolução é qualitativa e quantitativamente diferente para cada uma delas e também para cada um dos seus componentes. Trata-se de uma evolução diacrônica onde cada variável ou elemento passa por uma mudança de valor relativo em cada mutação. (SANTOS, 1985, p. 58)

Por serem as formações materiais sistemas de movimentos relativamente estáveis, não é possível entender a importância do tempo hegemônico como uma ação unidirecional, posto que a existência de distintos tempos, como compósitos das formações urbanas, não nos permite considerá-los apenas como relações de coexistência, mas a partir de uma reciprocidade de ações que provocam, igualmente, transformações mútuas, numa dinâmica de correlação e interdependência. A idéia de reciprocidade aqui ganha destaque.

A importância desse tipo de abordagem está justamente no reconhecimento dialético do movimento do real. Não se pode considerar, conforme nos propõe Santos (1996), um movimento que hierarquize estruturas, processos, funções e formas a partir de uma dinâmica linear, unidirecional, posto que a forma urbana, enquanto forma-conteúdo, constitui-se um elemento ativo na dinâmica do todo social.

Daí a preocupação desse mesmo autor em teorizar o mundo como um conjunto de possibilidades, no qual o evento aparece diretamente ligado à ação. Nesse sentido,

[...] não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito [...] Toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. Essa assimilação da idéia de evento e da idéia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica. (SANTOS, 1996, p. 117)

Impõe-se aqui uma leitura das formações urbanas que se coloque para além das verticalidades e considere também os *tempos curtos*, os *eventos* e a *ação*, responsáveis por definir particularidades e singularidades.

## OS TEMPOS CURTOS, OS EVENTOS E A AÇÃO

A vida cotidiana e as formas espaciais urbanas, ainda que sejam delineadas por tempos hegemônicos são contingentes a eventos, a ações, a tempos curtos e a tempos lentos, que nos impedem de considerar as formações urbanas como simples estruturas geograficamente ou espacialmente reveladas.

Para a teoria da estruturação:

[...] a ação social depende unicamente da capacidade dos atores de 'fazer uma diferença' na produção de resultados definidos, quer pretendam ou não que esses resultados ocorram, quer estejam conscientes ou não de que eles ocorrem. Visto que 'fazer uma diferença' é transformar algum aspecto de um processo ou evento, a ação na teoria da estruturação é equiparada à capacidade transformativa. (COHEN, 1999, p. 409)

Para Giddens (1989), um dos principais expoentes da teoria da estruturação, as atividades sociais humanas não são criadas por atores sociais, mas continuamente por eles recriadas, através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores. Através de suas atividades, eles mesmos reproduzem as condições que as fazem existir. Conforme expõe Cohen (1999), a conexão entre ação e poder precede e permeia a explicação giddensiana das práticas sociais. Assim, as propriedades da estruturação das relações sociais possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, emprestando-lhes uma forma "sistêmica" (GIDDENS, 1989).

Isso nos permite afirmar que os tempos curtos não são apenas uma combinação de atos, mas a capacidade de exibir uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros, posto que a ação traduz uma dependência em relação à capacidade do indivíduo de criar diferenças face ao estado de coisas ou curso de eventos já definidos (GIDDENS, 1989).

Ainda que não necessariamente pautados na teoria da estruturação, alguns elementos dessa discussão são sugeridos em proposições que abordam a relação espaço-tempo visualizada nas formações urbanas.

Poderíamos iniciar com Machado (2001), quando mostra, por exemplo, a importância de não tratar o tempo histórico longo de maneira mecânica; sendo necessário considerar também que as decisões dos indivíduos não são realmente independentes e que existem efeitos derivados das comunicações que se estabelecem entre eles.

Argumenta a mesma autora que, numa interpretação oposta a esse raciocínio, em vez das atividades do sistema explicarem a mudança, é a sucessão de momentos que passa a constituir o problema a ser explicado. É diante dessa preocupação que considera as questões de rupturas e de continuidades, numa determinada lógica de produção, como estando sujeitas não apenas à dinâmica do tempo longo, mas também a do tempo curto.

Preocupada com questões não muito diferentes, Salgueiro, H. (2001) opta por pensar de maneira não-mecanicista as “idades” espaciais formais da cidade, buscando inscrevê-las na dinâmica imprevisível da reelaboração permanente dos usos, das práticas e das experiências dos atores sociais, a fim de compreender a negatividade da imagem atual da cidade. As formas de ajuste de configurações precedentes e justapostas resultam, segundo a autora, da própria trajetória histórica da cidade, sendo, portanto, muito mais próxima da sua realidade antropogeográfica - posto que carregados de historicidade - que do idealismo formalista.

Ferreira (2001), quando discute a territorialização na perspectiva do ciberespaço, o faz considerando a dialética tempo-espaço em relação às práticas sociais. Exemplifica mostrando como as diversas “tribos” possuem territórios, rituais, aparência e códigos bem específicos e singulares, sendo, portanto, agrupamentos calcados em sociabilidades. Nesse sentido, as sociedades de massa em que se contextualizam os ciberespaços, mostra o autor, não são apenas homogeneizadoras, mas igualmente diferenciadoras. Assim considerando, não se constata apenas “desterritorialização” e “desencaixe” (GIDDENS, 1991) nas formas-conteúdo que caracterizam os espaços virtuais, mas também um processo de reprodução da constituição das denominadas tribos no ciberespaço.

Caberia, no entanto, algumas indagações neste momento: sob que perspectivas e sob que condições se dá a reprodução da constituição das tribos no ciberespaço? Ou mesmo, até que ponto as tribos conseguem reproduzir localismos e diferenciações e, se conseguem, qual a natureza das sociabilidades recriadas no ciberespaço?

A essas mesmas indagações Salgueiro, T. (2001) parece responder. A importância da tecnologia na relação espaço-tempo implica igualmente numa produção hegemônica da cidade e, por isso mesmo, arrasa os lugares do tempo lento e os substitui por novas paisagens. Aqui está colocada em questão não só a importância dos tempos lentos na estruturação das formas urbanas, mas também a potencialidade dos mesmos na definição de novas espacialidades.

Um raciocínio semelhante foi empreendido por Santos (1994) para discutir os tempos da metrópole, mencionando pontos “luminosos”, dinamizados pela velocidade e pela técnica, e pontos “opacos”, que seriam os espaços aproximativos e não os da exatidão, espaços inorgânicos, abertos, e não espaços racionalizados e racionalizadores, espaços da lentidão e não da vertigem. Diz ainda que, na descoberta do mundo, os homens lentos acabam por ser mais velozes. Em que consiste essa assertiva?

De fato, conforme sugere Salgueiro, T. (2001), em termos relativos, o tempo de alguns agentes, como o de um aposentado, é lento, ao passo que de outros, a exemplo de um profissional que vive o ciberespaço, é rápido. Portanto, se pensarmos na cidade para além da simultaneidade, e a concebermos como encontro (LEFEBVRE, 1991), a assertiva sobre a velocidade dos homens lentos parece ser confirmada, haja vista que as possibilidades para novas sociabilidades serão abertas não necessariamente pelos tempos considerados hegemônicos, definidos notadamente pelas verticalidades, mas por tempos que possam apresentar uma nova racionalidade de vida; na verdade, uma contra-ordem.

Partindo do pressuposto então de que a dinâmica das estruturas urbanas, tidas como formas-conteúdo, levam em conta o entendimento dialético de ações estruturais, mas também de agentes localizados que interagem entre si e com a dinâmica de reprodução estabelecida em escalas mais amplas do espaço, é possível falarmos, por conseguinte, do papel que podem exercer as políticas urbanas ao considerarem as temporalidades menos abstratas, mais cotidianas, de natureza mais aproximativa, mais cidadã, como definidoras de ações no conjunto das formações urbanas. Ou como questiona Salgueiro, H. (2001, p. 5): *“frente à complexidade do binômio espaço-tempo hoje, [...] não seriam mais aplicáveis projetos que levassem positivamente em conta a multiplicidade temporal das formas sobrepostas?”*

Em muitos casos, entretanto, a natureza das políticas públicas focalizadas para as cidades tem sido menos a de considerar temporalidades e espacialidades cotidianas e muito mais de propor modelos que acompanhem o ajustamento das formas urbanas a tendências mais homogeneizadoras e hegemônicas. É assim que se têm apresentado, por exemplo, as políticas de renovação urbana implementadas no contexto neoliberal, assim como os processos de gentrificação que têm se generalizado nos modelos de cidades que se pretendem competitivas.

O exemplo de Salvador, abordado por Vasconcelos (2001), parece reforçar essa preocupação. No caso analisado pelo autor, as marcas da cidade colonial são substituídas pela “disneylização” da cidade antiga: *“de uma cidade colonial ‘verdadeira’, vemos sua transformação em um ‘centro histórico’, tornado um simulacro para o consumo turístico”*. (VASCONCELOS, 2001, p. 9)

Em muitas situações, inclusive, buscando-se objetivos semelhantes, criam-se mesmo paisagens urbanas desvinculadas de qualquer sentido histórico local, próximo ou remoto, tornando-se uma história inventada para o lugar, a fim de atender a novos processos extra-locais<sup>3</sup>. Face aos modismos das revitalizações das áreas centrais que estão colocados hoje para grande parte das cidades, mesmo aquelas que não possuem tão forte as marcas do passado, são levadas a criar “formas replicantes”, “sem história”, para dar sentido a um vazio e se igualarem a outras cidades que praticam os mesmos esquemas de “revitalização”.

Trata-se de um produto a ser consumido especialmente pelos visitantes que a conhecem furtivamente e que têm uma relação efêmera, passageira, com o ambiente urbano que lhe é apresentado para consumo e não como vivência, sociabilidade e interação com a sua história e com os seus diversos tempos.

Se nos processos de renovação urbana, a exemplo do que se verifica no centro de Salvador, busca-se, através de “novas” espacialidades propostas (ou impostas!), a tomada de consciência da história por meio de uma dada representação do espaço, ainda que esvaziada da sua substância e legalizada no seu exercício superficial, no caso das espacialidades impostas e inventadas, busca-se uma simulação, fingindo-se ter o que não se tem, conforme propõe Baudrillard (1991).

Trata-se de um tipo de simulação que caracteriza aquilo que De Certeau (1994) considera como relação entre práticas espaciais e práticas significantes:

---

<sup>3</sup> É o que podemos presenciar, por exemplo, na cidade de Fortaleza, no centro turístico e cultural “Dragão do Mar”, onde todo um cenário que se remete a uma memória histórica que nunca existiu acaba por substituir a dinâmica real de um fragmento da cidade, vendido principalmente para os turistas. Neste caso, a vitrine a ser mostrada possui uma história e uma paisagem urbana inventada, desconsiderando-se a história local, a pretexto de se apresentar uma imagem da cidade com atrativos turísticos e culturais. Contextualizado como espaço destinado ao lazer e ao turismo e para o qual foi pensado todo um apelo arquitetônico, destaca-se, na sua paisagem, a presença de prédios restaurados e que aparentemente nos levam a considerar que são retratos e marcas de um tempo específico que não mais existe, mas que, de fato, compõem a simulação, por meio do espaço, de um tempo histórico que nunca existiu.

[...] por um paradoxo apenas aparente, o discurso que leva a crer é aquele que priva do que impõe, ou que jamais dá aquilo que promete. Muito longe de exprimir um vazio, de descrever uma falta, ele o cria. Dá lugar a um vazio. Deste modo, abre clareiras; “permite” que se faça o jogo num sistema de lugares definidos. “Autoriza” a produção de um espaço em jogo (Spielraum) num tabuleiro analítico e classificador de identidades. Torna o espaço habitável. (DE CERTEAU, 1994, p. 186)

Anulam-se, com isso, espacialidades decorrentes dos diversos tempos cotidianos da vida urbana para dar sentido a outras, sob a perspectiva de um tempo externo.

## **O TEMPO INTERNO E O TEMPO EXTERNO: UM MOVIMENTO ÚNICO**

Para além de considerar a possibilidade de interpretar as formações urbanas com base no tempo longo, ou num tempo único, e levar em conta a diversidade de temporalidades que se expressam internamente, é preciso também tratar essas duas dimensões de maneira inseparada, sob pena de polarizarmos duas dimensões de igual importância e de passarmos de uma análise em que de uma estrutura sem sujeitos, se passe a uma outra em que os sujeitos parecem estar liberados de qualquer restrição estrutural (KOWARICK, 1994).

A questão estaria então na possibilidade de fazer a leitura da dinâmica urbana através de uma combinação dialética entre tempo longo e tempo curto (BRAUDEL, 1992), entre tempo externo e tempo interno. Essa sugestão de encaminhar a análise não foge a algumas preocupações de autores aqui mencionados.

Para Machado (2001), existe uma instabilidade e uma tensão entre as redes e os territórios, entre o dinâmico e o estático, entre aquilo que circula e aquilo que habita. Neste sentido, os “sistemas complexos evolutivos”, como busca considerar a autora para os sistemas de cidades, são sistemas humanos que podem ser afetados por escolhas individuais e coletivas e por políticas de intervenção e de controle.

Essa assertiva parece interessante para pensarmos as tendências que estão colocadas hoje, seja para a rede de cidades, seja para a ordem intra-urbana, que buscam inseri-las forçosamente num esquema competitivo e numa gestão estratégica voltada para o mercado. (SANCHEZ, 1999)

Em que consiste tal perspectiva? Trata-se de acompanhar a atual tendência de priorizar a escala municipal ou microrregional como foco de

desenvolvimento. Trabalha-se com a noção de desenvolvimento urbano a partir dos potenciais locais, através dos quais se busca inserir o espaço local a uma economia globalizada, definidora de toda e qualquer ação local.

No plano da estruturação intra-urbana, uma das expressões dessa vertente do desenvolvimento urbano é, sem dúvida, a negação dos tempos lentos, dos tempos internos, e, por conseguinte, de suas espacialidades, a pretexto de serem pouco competitivas.

Tais tendências estão associadas, sem dúvida, à existência de um tempo hegemônico, extra-local, que acaba por reproduzir relações e definir intervenções na ordem urbana, e que tendem a arrasar as espacialidades e temporalidades internas.

A questão aqui colocada para discussão refere-se, portanto, à consideração de uma outra lógica, a dos tempos curtos e a das demandas internas, como formas de contraposição a essas outras temporalidades extra-locais.

O entendimento dessa questão parece ganhar expressão no conceito de espacialidade considerado por Salgueiro, T. (2001). A vantagem desse conceito, segundo essa autora, é que ele ultrapassa uma certa rigidez associada ao espaço-geométrico ou ao espaço-palco das práticas sociais e, assim, permite dar conta das diferenças de como os diferentes grupos usam e se apropriam do espaço. Nessa dinâmica, as espacialidades resultam da reprodução e apropriação de um espaço que é aparentemente homogêneo, mas que implica em dar-lhe novas formas e imbuí-las de sentidos associados ao seu uso por cada indivíduo ou grupo.

É nessa perspectiva que Salgueiro, T. (2001) expõe em seu trabalho toda uma gama de conflitos entre duas dimensões da história, sugerindo a leitura de um tempo que se impõe e de outro que se coloca como resíduo, ambos definidores da formação urbana. Esse reconhecimento, o de que as formas urbanas historicamente constituídas são marcadas por essas duas dimensões, é percebida também quando a autora se refere à diversidade de tempos sociais que geram, em consequência, espacialidades distintas; ou quando fala do tempo “desconectado”, com diferentes ritmos, intensidades e valores, que se cruzam.

Aqui a pluralidade das temporalidades parece estar colocada na definição de espacialidades não necessariamente integradas, posto que o tempo mantém vários ritmos e os espaços vários atributos. Nesse contexto, coloca a autora, são afirmados tempos e espaços hegemônicos e persistem espaços e tempos dominados.

Para Salgueiro, H. (2001), por ter uma natureza em movimento, a cidade e sua história devem ser vistas como artefatos em constante processo de construção e desconstrução, mudando segundo diferentes ritmos e temporalidades. Destaca também, no contexto de uma temporalidade longa, a importância das experiências locais como mecanismos de apropriação de modelos que, embora se inscrevam em uma contextualização histórica comum, tomam direções peculiares.

Ferreira (2001), por sua vez, resgata a importância do espaço vivido como dimensão que engloba dialeticamente tanto o espaço mental concebido, como o espaço físico percebido, à maneira como concebeu Lefebvre (1974), numa leitura em que o externo e o interno, menos que oposição parecem entrecruzamento; sugerindo que as *“práticas socioculturais não se fazem apenas ou através do espaço e do tempo; de fato, elas constituem a relação espaço-tempo, que está carregada da idéia de permanente mudança”*. (FERREIRA, 2001, p. 10)

Ao nos sugerir um olhar mais cuidadoso e menos cheio de encantamento com relação às propriedades e à natureza do ciberespaço, Ferreira (2001) parece querer chamar atenção para uma relação de internalização do que é externo e de externalização do que é interno. Essa afirmação parece estar presente quando questiona o aniquilamento do espaço pelo tempo e quando reforça a necessidade de pensar o ciberespaço levando em conta a natureza do espaço socialmente produzido, à maneira como propôs Lefebvre (1974).

Argumenta que as redes não existem por si mesmas e que a sensação de aniquilamento do espaço pelo tempo na era das redes é algo, em princípio, questionável. Propõe, assim, que o ciberespaço, com a virtualidade de ser suporte para práticas espaciais, não deva ser separado do espaço das representações ou das práticas espaciais, posto que o que se observa é algo como um movimento circular em que o ciberespaço se nutre de um espaço percebido (espaço físico, visto a partir de sua materialidade) para sua concepção, e que diariamente o indivíduo vem absorvendo transformações do espaço percebido através de mudanças no espaço concebido (idealizados através de representações). Reforçam-se aqui as formas espaciais urbanas como acumulação de temporalidades que se sucedem, mas que são intervenientes entre si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, conclui-se que há um avanço proposto na discussão das espacialidades e das temporalidades urbanas a partir dos acúmulos teóricos já sistematizados pela geografia e pela história nos últimos anos.

De um espaço urbano sem história, passou-se então a se falar das formas urbanas com atributos sociais historicamente constituídos. De um espaço dinamizado por um único tempo, expõem-se preocupações com os tempos diferenciados e hierarquicamente estruturados, definidores, igualmente, de diferentes espacialidades.

Nessa pluralidade de tempos e de espaços está a leitura dos conflitos, dos fragmentos, das diferenciações e dos projetos políticos a partir dessa complexidade histórica e geográfica que é a cidade. Metodologicamente o caminho parece apontar elementos interessantes que vêm sendo considerados de diferentes maneiras, conforme se observa nos autores mencionados, a exemplo da leitura de tempos longos e de tempos curtos e de não polarização do externo e do interno.

Outras questões ainda se apresentam e que gostaríamos de deixar como elementos de reflexão:

- a) Do ponto de vista da periodização das formações urbanas, ainda que tenhamos a preocupação de fazê-la levando em conta as diversas temporalidades, muitas vezes parece que somos tentados a supervalorizar os tempos longos, o das estruturas, como principais demarcadores de rupturas, de continuidades e de permanências. Se por um lado esse procedimento consegue situar os eventos locais face a processos impositivos de reestruturação, de mudança e de permanência no nível macro, por outro, deixa a sensação dos tempos curtos como tempos subordinados. Nesse sentido, como avançarmos nas propostas de periodização das formações urbanas que considere o tempo longo e o tempo curto, o tempo externo e o tempo interno, como pares dialéticos?
- b) No confronto daquilo que é externo e do que é interno, e sob pena de não considerarmos o aniquilamento do espaço pelo tempo, e dos tempos (plurais) pelo tempo (hegemônico), indaga-se: qual a possibilidade de se potencializar identidades formadas a partir de tempos não hegemônicos e de tempos lentos no contexto de avanços tecnológicos, de ciberespaços, de espaços virtuais, que geralmente estão mais associados a um tempo veloz e impositivo, que a uma contra-ordem urbana de caráter mais cidadão?

- c) Por fim, partindo do pressuposto de que a dinâmica das estruturas urbanas, tidas como formas-conteúdo, pressupõem o entendimento de movimentos estruturais, mas também de agentes localizados - que interagem entre si e que re-elaboram incessantemente experiências e práticas sociais -, é possível falarmos do papel das temporalidades mais cotidianas - ao considerar as temporalidades menos abstratas, com sua natureza social mais aproximativa - como definidoras de novas políticas urbanas e, por conseguinte, de espacialidades e territorialidades orgânicas melhor resguardadas?

Essas são algumas questões que podem sugerir outras e acrescentar novas reflexões ao debate sobre o tema da natureza histórica das formações urbanas em tempos de espaços reticulados, em que onde a pluralidade de ritmos e de temporalidades sugere a presença de uma gama de agentes e de interesses que não se colocam meramente no plano da diferença, mas também da desigualdade socioespacial.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. *Simulação e simulacros*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Col. Debates)
- COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 393-446.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FERREIRA, Álvaro Henrique. Espaço, tempo, ciberespaço: produzindo novas temporalidades e espacialidades? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2001, cd-rom.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Col. Ensino Superior).
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

KOWARICK, Lúcio. Investigación urbana y sociedad: comentarios sobre nuestra América. *Revista EURE*, Santiago de Chile, v. 20, n.59, p. 37-45, mar. 1994.

LEFEBVRE, Henri. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971.

\_\_\_\_\_. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MACHADO, Lia Osório. *Sistemas e redes urbanas como sistemas complexos evolutivos*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2001, cd-rom.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *Ciência Geográfica*, Bauru, AGB, n. 6, p. 1-11, abr. 1997.

SALGUEIRO, Heliana A. A cidade, artefato cultural do espaço e do tempo. O caso de Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2001, cd-rom.

SALGUEIRO, Teresa B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2001, cd-rom.

SANCHEZ, Fernanda. *Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985 (Col. Espaços).

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 25).

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VASCONCELOS, Pedro de A. A cidade alta de Salvador: de cidade colonial a "centro histórico pós-moderno". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2001, cd-rom.

Recebido em 25/02/2004

Aceito em 18/04/2004